

PROFESSOR ALFABETIZADOR NA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: FORMAÇÃO NECESSÁRIA A SUA PRÁTICA DOCENTE

MARIA DA CONCEIÇÃO DIAS RODRIGUES¹

RESUMO

Este artigo traz uma análise acerca da formação necessária a prática docente do professor alfabetizador, partindo de uma análise textual da Política Nacional de Alfabetização (PNA) instituída pelo Decreto n. 9.765, de 11 de abril de 2019, apresentaremos a proposta de alfabetização constante na PNA, discutiremos a relevância dada a formação de professores, pela PNA, para a aquisição dos saberes necessários a prática docente relacionando com alguns estudiosos da temática. Trata-se de uma pesquisa de cunho documental e bibliográfico, que se desdobrou em duas frentes relativas ao Decreto que institui a PNA e a teóricos como Fazenda (1995), Nóvoa (1992), Pimenta (2003) Soares (2006), Vigotski (1999) entre outros. Analisar a Política de Alfabetização contextualizando com os estudiosos da formação e saberes dos professores é algo bastante desafiador, é impossível não fazermos o comparativo de um documento que atende a um sistema neoliberal e que propõe ao professor a posição de técnico, aplicador de propostas elaboradas por minorias e pesquisadores que buscam a qualidade do ensino.

Palavras- chave: PNA, Professor Alfabetizador, Formação, Prática Docente.

1 Maria da Conceição Dias Rodrigues- Mestranda da Universidade Estadual do Ceará; e-mail: conceidias@gmail.com

1- INTRODUÇÃO

Nenhum processo educacional consegue acontecer com êxito, se o tempo de alfabetização não for realizado com foco no desenvolvimento de leitura, escrita, domínio matemático e uso consciente dessas habilidades. Nessa etapa, não deve ser permitido o “quase” nela, a criança tem que sair fluente, para que consiga adquirir os outros conhecimentos que a escola irá desenvolver.

O presente artigo científico intitulado: Professor alfabetizador na Política Nacional de Alfabetização: formação necessária a sua prática docente, apresenta uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo documental e bibliográfica. A pesquisa buscou destacar, através do documento Política Nacional de Alfabetização (PNA) quais etapas constituem o processo de alfabetização refletindo sobre que tipo de formação o documento propõe para o desenvolvimento de saberes necessários ao alfabetizador e supere as tristes estatísticas da alfabetização no Brasil.

Tardif (2008), reforça nossa pesquisa ao dizer que “saber alguma coisa não é mais suficiente, é preciso também saber ensinar”. É no processo de aprender a ensinar, que o professor vai construindo sua prática docente e se constituindo professor, o resultado dessa prática passa a ser refletido no aluno, devido a isso, é imprescindível que está, seja estudada, aplicada, refletida e principalmente, corrigida se necessário

Diante da temática pesquisada o problema de pesquisa apresenta a seguinte indagação: Como a Política Nacional de Alfabetização – PNA pensa a formação dos professores alfabetizadores para o desenvolvimento dos saberes necessários a sua profissão? O que pensam os estudiosos sobre formação e se estes comungam com as ideias da PNA? Tivemos por objetivo *refletir a Política Nacional de Alfabetização em relação a formação dos professores para construção de saberes necessários a sua prática pedagógica*. A pesquisa foi realizada por meio da análise do documento Política Nacional de Alfabetização (PNA) 2019, e fundamenta-se teoricamente em: Fazenda (1995), Novoa (1992), Pimenta (2003) Soares (2006), Vygotsky (1999).

A educação está a serviço do sistema político neoliberal e isso se ver refletido nas propostas de formação de professores, que, cada vez, pensa esse profissional como técnico lhes tirando autonomia e

significação da prática. Forma-se profissionais para desenvolver habilidades nos alunos, ou seja, torna-os abios para o mercado de trabalho.

2. POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO(PNA)

O Ministério da Educação, através da Secretaria de Alfabetização (Sealf) no ano de 2019 apresenta a Política Nacional de Alfabetização (PNA) com objetivo de elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território. A Política proposta foi alvo de várias críticas dos estudiosos da alfabetização no Brasil, mas uma vez, os protagonistas do ensino “os professores” não foram convidados a participar da elaboração da PNA, o documento enfatiza o respaldo na ciência e desconsidera todos os estudos e propostas de alfabetização já trabalhadas. Propondo o método fônico como o mais eficaz para alfabetizar.

Alfabetização, segundo a Política Nacional de Alfabetização- PNA (2019) é definida como “o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético”. O processo em que a criança aprende a codificar e decodificar, ou seja, é uma ação de aprendizagem no qual o indivíduo desenvolve a competência de ler e escrever.

Os estudos propostos pela Política de alfabetização identificam os processos vividos pelo aluno para se alfabetizar, são eles:

Consciência fonêmica é o conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala (fonemas) e a capacidade manipulá-las intencionalmente; conduz à compreensão de que uma palavra falada é composta de uma sequência de fonemas.

Para desenvolver a consciência fonêmica, é necessário um ensino intencional e sistematizado, que pode ser acompanhado de atividades lúdicas, com o apoio de objetos e melodias.

A **instrução fônica sistemática** leva a criança a aprender as relações entre as letras (grafemas) e os menores sons da fala (fonemas).

O ensino do conhecimento fônico se mostra eficaz quando é explícito e sistemático com plano de ensino que contemple um conjunto selecionado. Portanto, a instrução fônica sistemática e explícita melhora significativamente o reconhecimento de palavras, a ortografia e a fluência em leitura oral.

Fluência em leitura oral é a habilidade de ler um texto com velocidade, precisão e prosódia. A fluência libera a memória do leitor,

diminuindo a carga cognitiva dos processos de decodificação para que ele possa concentrar-se na compreensão do que lê. A fluência torna a leitura menos trabalhosa e mais agradável.

É desenvolvida em sala de aula pelo incentivo à prática da leitura de textos em voz alta, individual e coletivamente, acrescida da modelagem da leitura fluente. O monitoramento do progresso dos alunos na fluência permite ao professor conhecer com mais detalhes os problemas de leitura de cada um e assim oferecer-lhe a ajuda necessária.

Desenvolvimento de vocabulário tem por objeto tanto o vocabulário receptivo e expressivo, quanto o vocabulário de leitura. Os leitores iniciantes empregam seu vocabulário oral para entender as palavras presentes nos textos escritos.

Um vocabulário pobre constitui um obstáculo para a compreensão de textos. Por isso é recomendável que, antes mesmo de ingressar no ensino fundamental, a criança seja exposta a um vocabulário mais amplo do que aquele do seu dia a dia.

Pode-se desenvolver o vocabulário indiretamente, por meio de práticas de linguagem oral ou de leitura em voz alta, feita por um mediador ou pela própria criança; ou diretamente, por meio de práticas intencionais de ensino, tanto de palavras individuais, quanto de estratégias de aprendizagem de palavras. Um amplo vocabulário, aliado à capacidade de reconhecer automaticamente palavras, é a base para uma boa compreensão de textos.

A **compreensão de textos** é o propósito da leitura. Trata-se de um processo intencional e ativo, desenvolvido mediante o emprego de estratégias de compreensão. Além do domínio dessas estratégias, também é importante que o aluno, à medida que avança na vida escolar, aprenda o vocabulário específico necessário para compreender textos cada vez mais complexos.

A compreensão não resulta da decodificação. São processos independentes, por isso, é possível compreender sem ler, como também é possível ler sem compreender. A capacidade de decodificação, no entanto, é determinante para a aquisição da fluência em leitura e para a ampliação do vocabulário fatores que estão diretamente relacionados com o desenvolvimento da compreensão.

Produção de escrita diz respeito tanto à habilidade de escrever palavras, quanto à de produzir textos. O progresso nos níveis de produção escrita acontece à medida que se consolida a alfabetização e se

avança na literacia. Para crianças mais novas, escrever ajuda a reforçar a consciência fonêmica e a instrução fônica. Para crianças mais velhas, a escrita ajuda a entender as diversas tipologias e gêneros textuais.

Ao lermos a PNA é impossível não nos perguntarmos onde está o letramento, um documento pautado na ciência que desmerece aquela que é uma grande evolução no processo de ensino que é levar o aluno a ter consciência acerca da leitura e da escrita e principalmente do uso destas para o indivíduo e para o ser social.

Acho que o século XXI não concebe mais uma política de alfabetização focada em método, pois como salienta Magda Soares, não existe método e sim métodos para alfabetizar; nem propostas que não concebiam a educação como ato político.

Na contemporaneidade não se pode mais escolher entre alfabetizar ou letrar, os dois processos estão entrelaçados. Segundo Magda Soares;

É preciso reconhecer a possibilidade e necessidade de promover a conciliação entre essas duas dimensões da aprendizagem da língua escrita, integrando alfabetização e letramento, sem perder, porém, a especificidade de cada um desses processos, o que implica reconhecer as muitas facetas de um e outro e, conseqüentemente, a diversidade de métodos e procedimentos para ensino de um e de outro, (SOARES, 2006, p.15)

A alfabetização é uma forma de aprendizado da leitura e da escrita mediante ensino formal (na escola), é fundamental uma mediação de qualidade, professores com conhecimento de conteúdo, mas também de estratégias eficazes. Assim, o letramento é a aprendizagem do uso utilitário da escrita e da leitura, o que faz com que muitas vezes seus conceitos e significações se confundam e se mesquem, havendo a necessidade de compreensão de seus respectivos conceitos, dada a especificidade de cada termo, a fim de destacar a relevância e distinção dos mesmos.

No processo de alfabetizar existem agentes responsáveis essencialmente por ele, como é o caso da escola, que é a instituição social que tem como função desenvolver o ensino sistemático e formal da oralidade e da escrita, ou seja, oferecer condições para o desenvolvimento das habilidades pertinentes a este processo, considerando as

variações linguísticas do aluno durante o mesmo, que são aspectos de grande relevância para o seu aprendizado da leitura e da escrita; o contexto familiar, responsável por introduzir a criança no mundo da leitura e escrita e possibilitar uma vivência rica em conhecimentos extra escolares que serão fundamentais na familiarização dos códigos escritos; não podemos deixar de ressaltar o campo político, este é responsável por toda a estruturação do sistema que possibilitará recursos, formações e qualidade de ensino, nessa vertente é fundamental entendermos que tipo de sociedade nossos governantes pretendem construir.

3- FORMAÇÃO NECESSÁRIA AO PROFESSOR ALFABETIZADOR

A educação contemporânea tem todos os dias exigindo dos educadores uma prática pedagógica diferenciada aliada a um processo de reflexão que faz com que o educador viva intensamente seu tempo com consciência e sensibilidade e veja através do olhar de seus alunos, construindo e reconstruindo, buscando formar seres humanos.

A prática educativa é permeada de desafios; hoje vivenciamos um contexto educacional onde a principal indagação é “O que ensinar” “Como ensinar” o que torna impossível não se pensar as implicações da atividade do profissional da educação e, a todo o momento, questionar sua prática e os saberes que permeiam essa prática.

No campo da alfabetização é indispensável um professor alfabetizador criativo e competente, detentor de saberes necessários ao ensino da leitura e da escrita; que saiba produzir um ambiente alfabetizador bem variado e de qualidade possibilitando uma aprendizagem significativa e prazerosa, onde o contato com a leitura e a escrita se darão de forma natural e não de forma impositiva e sem sentido. É fundamental uma relação de estímulo e confiança.

Podemos citar outros elementos que caracterizam a postura do professor alfabetizador, tais como: entendimento da alfabetização na perspectiva do letramento; o respeito às diferenças e atendimento à diversidade; a consideração da heterogeneidade de aprendizagens e percursos diferenciados das crianças; a necessidade de diversificação de atividades, procedimentos e agrupamentos; o desenvolvimento de postura avaliativa em uma perspectiva formativa e o acompanhamento das aprendizagens de forma qualitativa.

Seria até leviano pensar a prática desse educador sem automaticamente associá-la ao tipo de formação que está sendo ofertada no contexto nacional. O processo formativo do profissional da educação deve estar articulado as propostas e políticas educacionais voltadas a cada área do ensino, pelo menos é o que se espera.

Pensar a forma e o conteúdo de um processo eficiente de formação do educador requer um estudo da prática pedagógica, da capacidade leitora e da formação cultural do professor, já que esta direciona o sucesso e/ou fracasso do processo de ensino e aprendizagem.

É indispensável que se invista em formações que incentive o processo reflexivo dos professores. A noção que se tem de professor reflexivo tem por base a consciência que é capaz de caracterizar o ser humano como um ser criativo e não como reproduzidor de ideias e práticas. Na realidade foi em meados dos anos noventa que se buscou novos enfoques e paradigmas para compreensão da prática pedagógica e dos saberes pedagógicos em relação aos conteúdos a serem ensinados. Novóia (1992, p. 27), considera esse período aquele:

Em que a prática pedagógica e os saberes surgiram com a missão de resgatar o papel do professor e da valorização e assim ganhar impulso na busca de identificarem os diferentes saberes implícitos na prática docente. Nesse espírito tem-se em vista que “é preciso investir positivamente nos saberes de que o professor é portador, trabalhando-os de um ponto de vista teórico e conceptual”.

A formação dos saberes do professor, a partir da visão de Fazenda (1995) depende do esforço de explicitações e de comunicação. Para a autora os professores possuem um conhecimento prático capaz de transferir de uma situação para outra, porém de difícil transmissão para outra pessoa.

Dessa forma as informações do professor e os saberes pedagógicos para Pimenta (1999), constitui-se no relacionamento do professor – aluno, na importância da motivação e do interesse dos alunos no processo de aprendizagem e das técnicas de ensinar bem.

Sendo assim, o profissional da educação em contato com os diferentes saberes sobre a educação, pode encontrar instrumentos para se interrogar e alimentar sua prática, confrontando-as e produzindo, assim os saberes pedagógicos.

Esse anseio constante por saberes, está cada dia mais presente na educação atual, o educador, na busca pela adequação às propostas educacionais, tem se deparado com desafios que o impulsiona a pesquisar e construir novos conceitos na área da educação. É salutar que a sociedade está em constante mudança e que estas, inevitavelmente, vêm refletir na escola, o uso da tecnologia é um grande exemplo, cabendo a nós, educadores torna-la aliada ao nosso trabalho.

Um dos principais desafios atuais é alfabetizar os estudantes nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, como propõe a BNCC (2017), assegurando o desenvolvimento pleno da Leitura, escrita e matemática.

Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga ‘codificar e decodificar’ os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua (BNCC, 2017, p. 90)

Partindo do texto da BNCC, fica evidente que cabe ao professor desenvolver, na criança, durante o processo de alfabetização, domínio do alfabeto em vários formatos, da leitura e escrita, que consiga codificar e decodificar que desenvolva consciência fonológica, além do estabelecimento de relações grafofônicas. O texto nos mostra o que fazer, nossa indagação, agora é, como fazer.

Para responder essa pergunta, só consigo pensar em uma resposta, através de saberes construídos, refletidos, aplicados e transformados presentes na prática docente dos professores. Para Tardif (2008, p15);

“O saber dos professores não é o “foro íntimo”, povoado de representações mentais, mas um saber sempre ligado a uma situação de trabalho com outros (alunos, colegas, pais, etc.), um saber ancorado numa tarefa complexa (ensinar), situado num espaço de trabalho (a sala de aula, a escola), enraizado numa instituição e numa sociedade”

Nesse contexto, é evidente o paradoxo que permeia entre a prática do professor e as formações a eles oferecidas, pois diante de um novo perfil de profissional do ensino, que venha cumprir com as diversas determinações legais, mantêm-se a oferta de uma formação escolarizada, que vê o professor como um mero executor de tarefas.

A intensão de transformar os professores em meros técnicos é percebida em todos os documentos responsáveis pela estruturação do ensino no país, dentre eles a Política Nacional de Alfabetização- PNA, documento que está claramente a serviço de uma política neoliberal, decreto construído sem participação dos professores e sem levar em consideração todas as pesquisas existentes acerca da alfabetização e que propõe como método eficaz o fônico. Deixando bem evidente a falta de compromisso com a inclusão tão defendida pelo ensino nos últimos tempos e referindo o Art.206 da Constituição brasileira.

Não bastasse pensar uma alfabetização baseada, apenas em um método, o decreto deixa bem claro que os(as) professores(as) são sujeitos que executarão a proposta, reduzindo-os a técnicos, desrespeitando seus saberes, sua prática cotidiana diversa e plural, e principalmente sua autonomia como profissional da educação que faz a leitura do meio onde está inserido realizando suas adequações para assegurar ensino a todos.

Figuram, nesse modelo formativo, práticas produtivistas que impedem o processo reflexível do professor e conseqüentemente a aquisição de saberes que só serão possíveis mediante análise crítico reflexiva de situações comuns ao dia a dia do educador.

É indispensável que haja à atualização ou reciclagem dos saberes docente para que a escola não dissemine a perpetuação de uma prática voltada para um conjunto idealizado de alunos, acarretando na exclusão daqueles que, por algum motivo, foge ao padrão desejado no processo educacional é preciso ter sempre em mente Tardif (2008), quando diz que “saber alguma coisa não é mais suficiente, é preciso também saber ensinar”.

Dessa forma, resgata a importância de se considerar o professor em sua própria formação, num processo de auto formação, de reelaboração dos saberes iniciais confrontados com a prática diária, que vai transformando os saberes em uma constituinte, a partir de uma reflexão.

Podemos observar nas salas de aula que o professor desenvolve saberes específicos de acordo com o ano que atuam. Os educadores que se comprometem a alfabetizar se dedicam a desenvolver leitura, escrita, conhecimentos matemáticos e antes de tudo, de significar esses conhecimentos ao contexto social do aluno.

Essa prática denota fazeres que são singulares a cada professor dentro da sua atuação, o docente elabora seus planejamentos, utilizando-se de metodologias que acha adequada a sua clientela fundamentando, assim sua prática e construindo saberes que fundamentam sua ação docente.

Não podemos cair na visão simplista de que apenas um bom processo de formação e o esforço do professor alfabetizador sejam capazes de suprir todas as mazelas no campo da alfabetização; temos que pensar essa superação, considerando: as mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais que deem conta da complexidade de ações que atingem, diretamente, esse processo.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo, procuramos ressaltar a importância dos saberes adquiridos durante as formações continuadas dos professores, bem como da análise reflexiva da sua prática para o processo de alfabetização.

Enfatizamos a Política Nacional de Alfabetização- PNA (2019) que mostra que para que a pessoa seja considerada alfabetizada é necessário domínio do código escrito, a etapa de codificação e decodificação eficaz, consciência fonêmica, fluência em leitura, vocabulário rico, compreensão de textos dentre outros aspectos e propõe o método fônico como capaz de conseguir tudo isso.

Todo esse processo faz com que entendamos que a etapa da alfabetização não é natural, ela necessita de um intermediador, que possua conhecimentos científicos e práticos capazes de criar um ambiente

alfabetizador respeitando as diferenças comuns, na heterogeneidade escolar.

Esses conhecimentos, que devem partir dos domínios científicos, mas que também se constroem durante a atuação dos professores, gera saberes, fundamentais a prática contínua e eficaz. É importante salientar que estes são desenvolvidos, partindo da interação do educador com a escola, sistema educacional, alunos e colegas de profissão. O que torna a formação continuada essencial para o amadurecimento do ser professor.

O nosso trabalho, além de servir para conhecimento e análise das etapas da alfabetização ressalta a importância das formações como produtora dos saberes que são aplicados no decurso da prática pedagógica. Uma vez que, como enfatiza P Mercado (1991), “os professores se formam na situação cotidiana de seu trabalho, nos contextos locais e momentos históricos particulares em que este se leva a cabo”.

O momento histórico da elaboração da Política Nacional de Alfabetização- PNA (2019), possibilitou o surgimento de um documento que responsabiliza a escola pela preparação a força de trabalho, capaz de atender ao mercado neoliberal, e consequentemente propõe uma formação técnica desprovida de reflexão e letramento.

6-REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9.394/96.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC_publicação.pdf . Acesso em: 22 dez. 2021.

FAZENDA, Ivani. **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento.** Campinas, São Paulo. Papirus, 1995.

NÓVOA Antonio (org). **Vidas de professores.** Porto Alegre. Porto, 1992.

PIMENTA Selma Garrido (org), **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo. Cortez, 2003.

SOARES, M. **Alfabetização a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2017.

SOARES, Magda. Letramento – um tema em três gêneros. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2008.